

# COMO O FMI CRIOU OS OLIGARCAS MOÇAMBICANOS QUE CAUSARAM A GUERRA E A MALDIÇÃO DOS RECURSOS DE CABO DELGADO

Joseph Hanlon

## INTRODUÇÃO

A terceira guerra civil de Moçambique está agora no seu 5.º ano (2022) na província de Cabo Delgado, no Nordeste do País. Mais de 4500 pessoas morreram e 950 000 foram deslocadas, mais de metade da população da zona de guerra. Um dos maiores projectos de investimento em África foi interrompido pela guerra. O Presidente Filipe Nyusi culpa “forças do mal” estrangeiras não identificadas. Os Estados Unidos da América (EUA) culpam o Estado Islâmico (ISIS). Mas muitos pesquisadores afirmam que a guerra é uma resposta local a uma maldição de recursos – a pobreza e a desigualdade aumentaram e a população local não está a beneficiar de um prometido “El Dorado” de recursos naturais. Apenas as empresas estrangeiras e alguns membros da elite moçambicana parecem ter beneficiado.

Neste artigo, argumentamos que este foi o resultado pretendido da “terapia de choque” económica imposta a Moçambique e a outros países na década de 1990, no fim da guerra fria. Pode ser encarado como uma forma de recolonização, captura do Estado, ou simplesmente de remodelação da economia, de modo a servir os interesses dos países desenvolvidos. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial falam da utilização da terapia de choque para converter “rapidamente” os comunistas em capitalistas. A palavra “rapidamente” é importante porque Moçambique não tinha uma classe empresarial experiente, pelo que a ideia era que as pessoas poderosas da Frelimo teriam acesso a terras, recursos, contratos, etc., que não tinham experiência para utilizar. Assim, associar-se-iam a empresas ou doadores estrangeiros, com vista a explorar essas oportunidades. Isto é capitalismo comprador e rentista – comprador no sentido de que para explorar os activos, os moçambicanos têm de servir interesses estrangeiros, e rentista no sentido de que os moçambicanos não lucram com a utilização dos activos para produzir, mas simplesmente ganham “rendas” ao fornecer esses activos a interesses económicos estrangeiros. É um sistema que não promove o desenvolvimento local e, pelo contrário, os oligarcas locais lucram ao enviar recursos para o estrangeiro.

Para defender este argumento, precisamos de começar há 70 anos. Primeiro, mostramos como Moçambique e a Frelimo foram moldados pela Guerra Fria e pelo colonialismo. Em segundo lugar, analisamos o debate da década de 1980 sobre a transição para o mercado – se deveria ser feita passo a passo ou se deveria ser um “*big bang*”, com uma rápida transição para um mercado totalmente livre. Esse debate terminou em 1990, altura em que os vencedores da Guerra Fria decidiram impor o mercado livre e não aceitar a social-democracia. Em terceiro lugar, mostramos como, na década de 1980, Moçambique tentou avançar passo a passo em direcção ao mercado e, na década de 1990, o País foi forçado a aceitar o “*big bang*”, ou terapia de choque. Em quarto lugar, analisamos as mudanças sociais daí resultantes e a forma como as comunidades internacionais apoiaram os oligarcas e aceitaram abertamente a corrupção a partir de 1995. Por último, mostramos como este conjunto de factores conduziu à guerra em Cabo Delgado.

## MOLDADO PELA GUERRA FRIA

Portugal fascista tinha permanecido neutro na Segunda Guerra Mundial e os EUA queriam que este país fizesse parte da NATO e apoiasse o “Ocidente” contra a União Soviética (URSS). Os EUA também precisavam das ilhas dos Açores como local de reabastecimento para a ponte aérea de Berlim em 1948-9. Como forma de obter um acordo, os EUA e a NATO apoiaram Portugal fascista, a partir da década de 1950, tentando impedir a independência colonial. Este facto obrigou os movimentos independentistas a procurar apoio nos países e movimentos socialistas. Os soldados que recusavam morrer na guerra colonial organizaram a Revolução dos Cravos contra o governo fascista de Portugal em 1974 e as colónias tornaram-se independentes. A Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) tomou o poder em Moçambique em 1975.

Os cinco anos que se seguiram foram uma ilha de paz, com a Frelimo a conseguir recompor uma economia enfraquecida, uma vez que a pressão internacional foi temporariamente aliviada. A política dos EUA levou a um abrandamento da Guerra Fria, com a demissão do Presidente Richard Nixon, a 8 de Agosto de 1974, e a queda de Saigão, a 30 de Abril de 1975, pondo fim à guerra do Vietname. A descolonização e as objecções à persistência de relações de poder desiguais conduziram à formação, em 1964, de um grupo formal de 77 países em desenvolvimento e não alinhados da ONU (G77). Daí surgiram propostas para uma Nova Ordem Económica Internacional (*New International Economic Order* - NIEO), com o objectivo de alterar um sistema económico mundial que “perpetua a desigualdade”. A NIEO obteve grande aceitação<sup>1</sup> (Nações Unidas, 1974). É provável que tenha atingido o seu auge com

---

<sup>1</sup> Em 2022, o número de membros ascendia a 134.

a publicação, em 1980, do relatório da Comissão Independente para o Desenvolvimento Internacional, presidida por Willy Brandt, Chanceler da Alemanha Ocidental (1969-74) e vencedor do Prémio Nobel da Paz em 1971 (Brandt, 1980).

Os Estados Unidos e alguns outros países industrializados opuseram-se à NIEO e a Brandt, tendo feito pressão para manter a desigualdade e aquilo que foi por vezes descrito como “colonização económica” ou recolonização por meios económicos. A sua ferramenta era um conjunto de políticas de mercado livre conhecidas como “neoliberalismo”<sup>2</sup> como alternativa à social-democracia. O neoliberalismo foi introduzido pela primeira vez no Chile, na década de 1970, por Augusto Pinochet, após o seu golpe de Estado apoiado pelos EUA, e depois por Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos EUA, após a sua eleição em 1979 e 1980, respectivamente. O neoliberalismo, a globalização e o aumento dramático do poder das empresas globais tornaram-se o mecanismo de recolonização e conduziram a um rápido aumento da desigualdade e à transferência de riqueza para os ricos.

O mundo mudou rapidamente e a lua-de-mel de 5 anos de Moçambique chegou ao fim. O relatório Brandt foi publicado em Fevereiro de 1980 e Ronald Reagan foi eleito presidente dos EUA em Novembro de 1980. Tinha feito campanha com base numa plataforma anticomunista veemente e quando tomou posse em Janeiro de 1981, intensificou imediatamente a Guerra Fria e o impulso para o neoliberalismo e a recolonização. A Guerra Fria só foi fria porque não foi uma guerra global, o que em parte se deveu ao receio das armas nucleares, mas houve uma série de “guerras por procuração” dentro de países individuais – batalhas Leste-Oeste da Guerra Fria disfarçadas de guerras civis. Reagan lançou guerras por procuração na Nicarágua e em El Salvador. Na África Austral, intensificou as guerras por procuração em Angola<sup>3</sup> (Stockwell, 1978) e na Namíbia e lançou uma guerra por procuração em Moçambique. Foram guerras mais baratas para as grandes potências, mas não para o país terceiro. A África do Sul era governada por colonos brancos no âmbito de um sistema de apartheid. As sanções internacionais contra a África do Sul estavam a aumentar e o Presidente dos EUA, Jimmy Carter (1977-81), exerceu pressão sobre o Estado do apartheid. Reagan inverteu esta posição e o seu subsecretário de Estado para os Assuntos Africanos, Chester Crocker, afirmou que a prioridade regional era «a influência da União Soviética e dos seus lacaios em África»<sup>4</sup>. Reagan aceitou a alegação do Estado do apartheid de que a África do Sul era um bastião contra o comunismo e foi autorizada a atacar os Estados vizinhos e a ser o agente

<sup>2</sup> O neoliberalismo vê a concorrência como a característica que define as relações humanas. As escolhas são melhor exercidas através da compra e venda, devendo existir um mercado livre, com uma intervenção mínima do Estado. O economista britânico de origem austríaca, Friedrich von Hayek, argumentou que as medidas intervencionistas que visam a redistribuição da riqueza conduzem inevitavelmente ao totalitarismo.

<sup>3</sup> Em 1977, os EUA já estavam a apoiar as forças antigovernamentais em Angola, o que levou o oficial da CIA, John Stockwell, a demitir-se e a escrever um livro que se tornou um *best-seller*.

<sup>4</sup> Crocker, Chester, discurso publicado em *Financial Times* (Londres), 3 de Setembro de 1981.

dos EUA nas guerras por procuração (Hanlon, 1986). A Renamo<sup>5</sup> (Flowers, 1987) tornou-se a principal força de combate da África do Sul na guerra por procuração em Moçambique. Moçambique recebeu apoio militar da União Soviética, mas não foi suficiente; a Renamo ganhou terreno e a guerra intensificou-se.

A guerra não era apenas militar. As chuvas escassearam no início de 1983 e, em Janeiro de 1983, Moçambique apelou à ajuda alimentar, mas os apelos foram rejeitados. Mesmo as Nações Unidas e outros doadores importantes não podiam fornecer ajuda alimentar sem o consentimento dos EUA. Cem mil pessoas morreram. Um funcionário do Departamento de Estado dos EUA em Washington explicou-me, mais tarde, que «a nossa ajuda alimentar é política». Para ter melhores relações com os EUA, Moçambique tinha de mudar as suas políticas económicas, tornar-se mais independente da URSS e não votar contra os EUA na ONU (Hanlon, 1991).

Em 1984, Moçambique fez a necessária “viragem para o Ocidente”; aderiu ao FMI e ao Banco Mundial e permitiu que duas organizações não governamentais (ONG) políticas dos EUA, a Care e a World Vision, trabalhassem em Moçambique. Mas a guerra não parou. Em parte, para tentar mudar o seu próprio governo, num discurso de 1988, Roy Stacey, Secretário de Estado Adjunto dos EUA para os Assuntos Africanos, chamou à guerra em Moçambique «um dos mais brutais holocaustos contra seres humanos comuns desde a ii Guerra Mundial»<sup>6</sup> (Hanlon, 1991).

A guerra só terminou em 1992, com a vitória do Ocidente na Guerra Fria e com as conversações de paz entre o Governo e a Renamo em Roma. Durante a guerra por procuração, que durou uma década, morreram 1 milhão de pessoas – 7 % da população – e 5 milhões foram deslocadas ou refugiaram-se em Estados vizinhos. Os danos e a destruição atingiram 20 mil milhões de dólares – 8 vezes o PIB de 1987. A maior parte das lojas, escolas e postos de saúde das zonas rurais foram destruídos ou obrigados a encerrar (Hanlon, 1996). O provérbio frequentemente citado é que quando dois elefantes lutam, o capim é que sofre. A vitória do Ocidente na Guerra Fria significava que o neoliberalismo e a recolonização eram a única saída.

---

<sup>5</sup> Na guerra de independência do Zimbábue, a Rodésia, governada por brancos, criou a Renamo para atacar Moçambique; aquando da independência do Zimbábue em 2000, os combatentes da Renamo foram transferidos para os serviços secretos militares da África do Sul para continuarem a atacar.

<sup>6</sup> *Observer*, 1 de Maio de 1988.

## EQUILIBRAR O MERCADO E O ESTADO

O período pós-Segunda Guerra Mundial foi invulgar em muitos aspectos. As décadas de 1950, 1960 e 1970 foram uma era de social-democracia, com uma redução das desigualdades e de independência das antigas colónias. Este período foi também marcado por um papel crescente do Estado, por uma grande globalização do comércio e pela intensificação da Guerra Fria. Com ela, os governos ocidentais tomaram medidas para evitar que as pessoas se voltassem para o comunismo.

### *DIFERENTES FORMAS DE ADERIR AO MERCADO*

No fim da década de 1970, existia um consenso crescente sobre a necessidade de atribuir um papel mais importante ao mercado, tendo havido um grande debate sobre a forma como esta transição deveria ser efectuada.

No início da década de 1980, a Guerra Fria estava a intensificar-se. Reagan e Thatcher estavam no poder. Pretendiam uma abordagem neoliberal e de mercado livre. O Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos desenvolveram um pacote padrão destinado a promover políticas de mercado livre e a abertura dos países em desenvolvimento aos mercados globais, que ficou conhecido como o “Consenso de Washington”<sup>7</sup> (Williamson, 2005). Baseado no neoliberalismo, incluiu a privatização, a desregulamentação e a abertura ao investimento estrangeiro. Mas também criou um processo de transição. As despesas públicas em serviços a favor dos pobres, como o ensino primário e os cuidados de saúde primários, bem como o investimento em infra-estruturas, podiam continuar. O programa previa ainda alguns mecanismos de controlo das privatizações corruptas.

Mas ao mesmo tempo, o Banco Mundial e o FMI estavam a promover algo muito mais radical – aquilo a que Andrew Feltenstein, do FMI, chamou «uma abordagem *“big bang”*, segundo a qual todas as reformas são introduzidas de forma imediata e simultânea»<sup>8</sup> (Feltenstein & Nsouliis, 2003). Isto implicava cortes imediatos nos impostos e nas despesas públicas, comércio livre e desregulamentação. As medidas governamentais de redistribuição das rendas deveriam ser suprimidas, bem como quaisquer impostos sobre a circulação de capitais. A privatização deveria ser imediata. As barreiras à entrada de empresas estrangeiras foram abolidas. As protecções do “consenso de Washington” foram eliminadas<sup>9</sup> (Hall, 1990). Com a queda do muro de Berlim e a desintegração da União Soviética, o Ocidente quis

<sup>7</sup> O termo foi inventado por John Williamson, em 1989.

<sup>8</sup> Andrew Feltenstein foi Assistente do Director do Instituto do FMI e Saleh M. Nsouliis Director Adjunto.

<sup>9</sup> Este programa foi imposto a dois dos vizinhos de Moçambique, o Malawi, em 1981, e a Tanzânia, em 1986. O programa no Malawi foi mais tarde reconhecido como tendo sido um fracasso.

agir rapidamente para converter os antigos Estados comunistas ao capitalismo de mercado livre. O “*big bang*” parecia adequado para o efeito e passou a ser designado por “terapia de choque”<sup>10</sup> (Edwards & Montes, 2020).

A alternativa era uma abordagem gradual, substituindo partes da arquitectura económica sem primeiro demolir a casa toda. Na China, as opções foram amplamente debatidas após o fim da revolução cultural, em 1976, com economistas chineses a viajarem para a Europa e para as Américas, e com o Banco Mundial a realizar reuniões na China, em 1980 e 1985, destinadas a promover o “*big bang*” (Weber, 2021).

Em 1986, a China optou por uma abordagem gradual, mas rápida. A chave para o passo-a-passo da China foi a vontade de experimentar – tentar novas ideias e aprender com a experiência. Não se tratava de seguir um manual marxista ou neoliberal. Vários outros países optaram pela sua própria versão de “passo a passo” com sucesso. No Vietname, «em vez de destruir radicalmente as antigas instituições como prelúdio da introdução de novos mecanismos, muitas reformas visavam melhorar o funcionamento das instituições existentes, introduzindo gradualmente novas instituições de mercado» (Van Arkadie & Mallon, 2003; Gray, 2018).

#### *MIKHAIL GORBACHEV COMO O CATAVENTO QUE MOSTRAVA PARA QUE LADO O VENTO SOPRAVA*

Mikhail Gorbachev foi Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética (URSS) a partir de 1985 e também Chefe de Estado, de 1988 a 1991. Tentou adoptar uma visão diferente, que foi rejeitada pelo Ocidente. Iniciou uma transformação gradual, a que chamou Perestroika, e que a partir de 1987 incluiu a privatização. Em 1989, num discurso proferido no Conselho da Europa, apelou à criação de uma “casa comum europeia” como forma de pôr termo à Guerra Fria (Gorbachev, 1989). Ambas foram rejeitadas pelos EUA, o que teria um impacto directo em Moçambique.

Mikhail Gorbachev foi à cimeira do G7 em Houston, em Julho de 1990, e propôs uma transição gradual para uma «economia de mercado socialmente orientada» (Gorbachev, 2002). Esta proposta foi rejeitada pelo G7, que exigiu «passos mais radicais em direcção a uma economia orientada para o mercado» sob a tutela do FMI (G7/8, 1990). A cimeira contou com a presença de Margaret Thatcher e George H. W. Bush, que lhe imprimiram o seu cunho conservador.

O G7 de Houston também pediu um projecto de terapia de choque para a Rússia. O

<sup>10</sup> A origem do termo não é clara. O economista conservador Milton Friedman reuniu-se com Augusto Pinochet e deu um seminário em 26 de março de 1975, em Santiago, e o jornal El Mercurio noticiou que afirmara que o Chile precisava de um “tratamento de choque” económico. Esta afirmação parece ter sido traduzida pelos órgãos de informação como “terapia de choque”, por analogia com a terapia electroconvulsiva. O termo foi depois aplicado às políticas promovidas nos Estados pós-comunistas por Jeffrey Sachs. Embora Sachs nunca tenha gostado do termo, é agora universalmente utilizado para aquilo a que o FMI e o Banco Mundial chamaram inicialmente a abordagem “*big bang*”.

projecto foi publicado em Dezembro de 1990 e segue o modelo do consenso de Washington (International Monetary Fund, 1990). Gorbachev regressou ao G7 em Londres, em Julho de 1991, e apresentou uma longa lista de reformas ao estilo do consenso de Washington já implementadas. Mais uma vez, pediu ajuda para uma «transição para uma economia mista e um sistema de mercado socialmente orientado» (Gorbachev, 1991). O seu apelo foi categoricamente rejeitado (Clines, 1991).

No mês seguinte, em Agosto de 1991, Boris Yeltsin protagonizou um golpe de Estado e derrubou Gorbachev, permitindo o desmembramento da União Soviética. Enquanto Presidente da Rússia, em 1991, aceitou a terapia de choque do FMI (Hayes, 2016). A ajuda ocidental foi depois utilizada para impulsionar a reeleição de Yeltzin, em 1996, e o FMI admitiu ter permitido que 4,8 mil milhões de dólares de um empréstimo do FMI de 1999 fossem branqueados através de bancos de Nova Iorque para serem colocados em contas *offshore* (Pirani & Farrelly, 1999).

#### A TERAPIA DE CHOQUE NA PRÁTICA

Os vencedores da Guerra Fria tentaram impor o “mercado livre” aos países da antiga União Soviética. A terapia de choque foi imposta em mais de 30 países; Moçambique foi o único em África. Naomi Klein, no seu livro *A Doutrina de Choque*, fala de “capitalismo de desastre”, ideia de Milton Friedman, Prémio Nobel da Economia. O conceito é que seria mais fácil impor o capitalismo de mercado livre quando houvesse uma destruição generalizada devido à guerra ou a uma catástrofe natural (Klein, 2007). O colapso da União Soviética enquadra-se nesta situação, tal como Moçambique após a destruição maciça causada pela guerra por procuração. A terapia de choque tinha por objectivo transformar *rapidamente*<sup>11</sup> (Lipton & Sachs, 1990) os comunistas em capitalistas, em aliança com o capital multinacional. Só a antiga elite comunista – a nomenklatura – tinha ligações partidárias e empresariais que lhe permitiam controlar a terra, os recursos, as indústrias, o comércio internacional e as finanças. Tiveram de negociar para se imporem nas novas redes de clientelismo político. E tiveram de transformar os seus activos em dinheiro, o que fizeram extraíndo rendas, regra geral através de ligações com o capital internacional legal e ilegal.

Torna-se um capitalismo rentista e comprador. É rentista no sentido em que os novos proprietários não lucram com a produção, mas sim com os lucros (rendas) do seu controlo dos activos existentes. E é comprador no sentido em que obtém os seus lucros actuando para agentes estrangeiros que utilizam o seu controlo de activos-chave. Em ambos os casos, os lucros não contribuem para a sociedade em geral.

---

<sup>11</sup> “Rápido” e “depressa” foram palavras usadas repetidamente pelos promotores da Terapia de Choque. A palavra “rápido” aparece 27 vezes em Lipton & Jeffrey. Falam da «necessidade de uma liberalização rápida e dramática da economia», acrescentando que «tanto a lógica económica como a situação política defendem um processo de transição rápido e abrangente».

Houve uma privatização rápida e forçada e um grupo poderoso apoderou-se da maior parte destes antigos activos do Estado, passando a ser designado por “oligarcas”. Definimos “oligarcas” como as pessoas com poder político para obter o controlo da terra, dos recursos, das indústrias, do comércio internacional e das finanças; que transformam os seus novos activos em dinheiro, extraindo rendas, geralmente através de ligações com o capital internacional; e que são informalmente “licenciados” pelo FMI, pelo Banco Mundial e pelos doadores no âmbito da Terapia de Choque.

O economista Joseph Stiglitz, vencedor do Prémio Nobel da Economia, explicou que a Rússia

*«tinha um processo de privatização que era corrupto e no qual os activos do país rico eram entregues a alguns, os oligarcas. Por isso, havia a estratégia da privatização a qualquer preço. “Façam-no rapidamente”, era o que o FMI lhes dizia. Eles mantinham um registo: quantas privatizações foram feitas? Mas é fácil privatizar [quando se] dá os activos do Estado aos amigos. E, de facto, não só é fácil como é compensador, porque depois eles devolvem-nos um pouco de dinheiro. Por isso, essa foi uma estratégia que foi defendida e impulsionada... Houve uma privatização ilegítima. As pessoas que tinham conseguido utilizar a sua influência política para obter estes milhares e milhares de milhões de dólares de recursos naturais por uma ninharia foram depois instruídas [a transferir o seu] dinheiro para os Estados Unidos ou, melhor ainda, para o Chipre, para contas bancárias secretas ou para a Suíça.»*

Stiglitz conclui: *«com a estratégia do FMI, foram criados incentivos que levaram ao saque de activos, em vez da criação de riqueza.»*

O mesmo aconteceu em Moçambique. Na Rússia, alguns oligarcas são bilionários; em países mais pequenos e mais pobres, como o Quirguizistão e Moçambique, os “oligarcas” são politicamente poderosos e usam isso para ganhar poder económico, que é localmente substancial, mas pequeno em comparação com a Rússia. Os oligarcas moçambicanos provêm principalmente de quatro grupos, nomeadamente pessoas que: participaram na luta pela independência, desempenharam funções no início do período pós-independência, têm ligações comerciais ou bancárias internacionais, ou são filhos ou familiares alargados dos primeiros três grupos (Hanlon, 2022b).

## MOÇAMBIQUE TENTA PASSO A PASSO, MAS A TERAPIA DE CHOQUE É IMPOSTA

No Moçambique do período colonial, as receitas do Governo provinham da exportação de pessoas, da exportação de culturas produzidas por trabalho forçado ou mal pago e da prestação de serviços aos sectores industrial e mineiro da África do Sul e da Rodésia (Wuyts, 1989).

Na primeira metade do século XIX, mais de 300 000 escravos foram levados do Norte de Moçambique e enviados para as Américas<sup>12</sup> (Rice University, 2021; Draper, 2020; Pearson & Richardson, 2019; Hanlon, 2021), o suficiente para despovoar o actual Niassa e forçar os macondes a fugir para o planalto de Mueda. No final do século XIX, as minas de diamantes e de ouro da África do Sul e da Rodésia estavam a atrair trabalhadores moçambicanos. Até 1975, havia entre 150 000 e 300 000 mineiros moçambicanos nos estados vizinhos, que pagavam impostos e ouro às autoridades coloniais portuguesas<sup>13</sup> (First, 1983; Adam, Davies & Head, 1981). O rápido desenvolvimento do interior levou ao desenvolvimento paralelo, na década de 1890, de dois portos, o de Lourenço Marques (actual Maputo) e o da Beira, bem como de caminhos-de-ferro para o interior.

No período colonial, existia uma forma de *apartheid*, com a maioria dos moçambicanos negros impedidos de frequentar o ensino secundário e de ocupar cargos nas empresas e no governo. Os colonos portugueses ocupavam quase todos os postos de trabalho qualificados, administrativos e comerciais, chegando mesmo a gerir lojas e a conduzir táxis. Com efeito, os portugueses suprimiram o comércio rural local a favor da rede comercial gerida pelos colonos, baseada em lojas rurais conhecidas por “cantinas” (Mackintosh & Wuyts, 1987). À medida que a guerra da independência se intensificava, os colonos começaram a questionar a sua posição em Moçambique. Dos 250 000 colonos, 40 000 partiram entre 1971 e 1973. No ano que decorreu entre a Revolução dos Cravos de 1974, em Portugal, e a independência de Moçambique, partiram mais 100 000 colonos (Wuyts, 1989).

Os colonos que partiam abandonavam, e muitas vezes sabotavam, as explorações agrícolas e as empresas – assim como o aparelho do Estado. Tractores, camiões, gado e equipamento foram simplesmente levados através da fronteira para a África do Sul e para a Rodésia, para permitir que os colonos aí estabelecessem negócios.

Moçambique conquistou a independência em 1975, enfrentando o caos económico e a necessidade de reestruturar uma economia colonial distorcida. Os portugueses tinham educado poucos moçambicanos, que de repente tiveram de gerir um país (Hanlon, 2017). A Frelimo e o Presidente Samora Machel eram nominalmente socialistas, mas a imagem do socialismo era a da social-democracia sueca. A saúde, a educação e a propriedade arrendada foram nacionalizadas, mas a Frelimo tentou não interferir nos sectores económicos e poucas empresas foram nacionalizadas. No entanto, o Governo herdou os portos e os caminhos-de-ferro, as companhias aéreas, as companhias de água e os bancos do Estado – sem os gestores e os funcionários de nível intermédio, que regressaram a Portugal. E o novo Governo viu-se

<sup>12</sup> Os registos mostram que 543 000 habitantes da África Oriental foram levados como escravos, a maioria de Moçambique. Os traficantes de escravos mantiveram registos até o comércio se tornar secreto depois de 1850, e a base de dados *Slave Voyages* (Viagens de Escravos) da Rice University compilou os registos de 36 000 viagens de escravos.

<sup>13</sup> Ruth First foi assassinada em Maputo por agentes de segurança sul-africanos a 17 de Agosto de 1982.

a gerir centenas de pequenas, médias e grandes empresas que tinham sido abandonadas. «O objectivo imediato da política era estabilizar o emprego, evitar o colapso total da produção e manter os preços estáveis», explica Marc Wuyts (Wuyts, 1989). «A produção e as empresas comerciais foram de facto assumidas pelo Estado... porque este viu-se obrigado a intervir» (Wuyts, 1989).

Um símbolo da mudança foi o empresário português Joaquim Alves, que em 1973 regressou a Portugal. Os seus luxuosos hotéis das “Ilhas Paraíso”, perto de Vilankulos, tinham estado na moda entre os colonos brancos que agora partiam (Waldman, 1994), mas estavam hipotecados ao banco de desenvolvimento do Estado colonial, que os tomou quando ele entrou em incumprimento e partiu. O novo Governo herdou o banco e, com ele, muitos negócios abandonados pelos proprietários que partiram. Em 1979, os hotéis das Ilhas Paraíso ainda estavam a funcionar, marginalmente, com os bancos a pagar os salários dos trabalhadores.

Os primeiros cinco anos foram difíceis; a economia caiu e depois recuperou. A produção industrial registou uma queda drástica em 1973 e 1974, mas manteve-se estável até 1981; as exportações caíram de forma constante entre 1973 e 1977, mas depois estabilizaram (Wuyts, 1989).

A Frelimo nunca pensou que o socialismo significava gerir cabeleireiros. Em 1977, o Terceiro Congresso do partido Frelimo destacou a importância de recriar as redes comerciais abandonadas e destruídas aquando da independência (Mackintosh & Wuyts, 1987). Em 1979, muito antes da privatização ter sido promovida pelo FMI, Samora Machel disse que «o Estado não vende agulhas» e entregou lojas e pequenos negócios geridos pelo Estado a empresários privados locais (AIM, 1996). As “cantinas” rurais foram reabertas pela população local. O Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane efectuou uma pesquisa séria sobre a forma de restabelecer os mercados rurais.

A guerra por procuração pôs fim a isso. A força de guerrilha sul-africana, a Renamo, tinha como alvo tudo o que estivesse relacionado com a Frelimo – escolas, postos de saúde e os novos negócios privados, tendo queimado 3000 lojas rurais e equipamento agrícola, como tractores. Os novos pequenos empresários tornaram-se um alvo especial.

### *A VIRAGEM PARA O OCIDENTE*

O colapso económico chegou rapidamente em 1982. O 4.º Congresso da Frelimo, em Abril de 1983, foi transmitido em directo pela rádio e apelou a um maior apoio e incentivo ao sector privado e ao restabelecimento do mercado. Admitiu que o apoio aos camponeses era “quase inexistente” (Hanlon, 1991; Mackintosh & Wuyts, 1987), mas já era demasiado tarde. Em 1982, a guerra tinha afectado seriamente a produção de culturas de exportação e as exportações agrícolas eram menos de metade do nível de 1979. Com a queda das receitas de exportação, a África do Sul reduziu as remessas dos trabalhadores – que, no seu conjunto, eram as receitas em divisas de que o Estado colonial dependia.

A escassez de alimentos e de importações significava inflação e os mercados paralelos tinham crescido desde 1979 e, em 1982, muitas zonas rurais estavam a funcionar com base na troca directa. A empresa comercial estatal AGRICOM ia à costa comprar peixe seco, que trocava por milho e arroz, que, por sua vez, era vendido às explorações agrícolas estatais e ao exército em troca de produtos racionados, como açúcar e sabão. O envio de produtos para Maputo exigia escoltas militares (Mackintosh, 1986).

Em 1983, além da guerra, havia seca e Moçambique não tinha divisas para importar alimentos nem combustível, e os doadores entraram em greve, dizendo ao Presidente Samora Machel que Moçambique tinha de aderir ao FMI. A 30 de Janeiro de 1984, Moçambique entrou em incumprimento das suas dívidas. A 16 de Março, Moçambique reuniu-se com a África do Sul e assinou o acordo de Nkomati.<sup>14</sup> A 18 de Abril, o Conselho de Ministros concordou em encetar negociações com as Instituições de Bretton Woods (Bretton Woods Institutions - BWI). Em Setembro, Moçambique aderiu às BWI (Hanlon, 1991).

Moçambique foi recompensado. No auge da greve dos doadores, em 1983, a ajuda era de 249 milhões de dólares. Em 1985, duplicou para 542 milhões de dólares e dois anos mais tarde, em 1987, era de 903 milhões de dólares<sup>15</sup> (Hanlon, 1991).

#### *APLICAR A TEORIA NEOLIBERAL E IGNORAR A GUERRA*

Desde o início, as discussões foram difíceis. O governo e as BWI pareciam estar a falar de dois países totalmente diferentes. O FMI só conseguia ver uma crise causada pelo controlo estatal da economia. As BWI não viam o problema da guerra e partiam simplesmente do princípio de que era possível impor as regras neoliberais. Conheci um funcionário do Banco Mundial no Hotel Polana, em Maputo, num sábado, quando ele acabava de chegar de outro país africano. Não sabia nada sobre Moçambique, mas tinha um dia para ler e, na segunda-feira, podia dizer a Moçambique o que fazer, porque os problemas eram os mesmos que em qualquer outro lugar (Hanlon, 1991).

Nenhum país leva a cabo uma guerra no seu próprio território sem estabelecer uma planificação estatal considerável da sua economia. “A actividade militar não é uma actividade do sector privado”, comenta Maureen Mackintosh (Mackintosh, 1986). Um ministro moçambicano disse-me em privado: “Durante a Segunda Guerra Mundial na Europa, todos os países intervieram no mercado. Mas o FMI diz-nos que não podemos.”

E o Banco Mundial e o FMI não estavam de acordo entre eles. Houve desacordos abertos sobre os subsídios alimentares e o sistema de racionamento em Maputo e na Beira. Os funcionários do Banco Mundial não concordavam uns com os outros e, por vezes, eram manifestamente desonestos.

<sup>14</sup> Destinava-se a pôr termo à guerra, mas a África do Sul continuou a apoiar a Renamo.

<sup>15</sup> Em 1985, a URSS continuava a ser o maior doador de Moçambique, seguida da Itália.

Moçambique continuou a sua mercantilização gradual, acabando com os preços fixos da fruta e dos legumes em 1985. Os cartéis comerciais mantiveram os preços elevados, pelo que o Estado criou uma empresa de comércio de produtos hortícolas em Maputo, a Hortofrutícola, com dois objectivos – vender grandes volumes e atingir o ponto de equilíbrio. E conseguiu-o. Comprou camiões de tomate e outros legumes e vendeu-os nas suas próprias bancas de rua ao preço mais baixo e rentável – que era um quinto do preço do cartel dos comerciantes. O volume e o consumo dispararam.

As negociações com o FMI e o Banco Mundial prosseguiram durante 18 meses, tendo o FMI adoptado uma linha muito dura, exigindo o fim praticamente de todos os controlos e a desnacionalização de todos os sectores económicos e sociais – saúde, educação, propriedade e indústria. O Governo apresentou propostas em 1986, que as BWI rejeitaram. Em Janeiro de 1987, o Governo introduziu o seu próprio Programa de Reabilitação Económica (PRE), sem sequer informar as BWI, cujos funcionários ficaram verdadeiramente surpreendidos. O PRE reduziu drasticamente o número de preços fixos e introduziu muitas outras mudanças. Era claramente necessária alguma desvalorização para fazer face ao excesso de moeda. No início de 1987, a taxa oficial era de \$1 = 40 MT e a taxa paralela era de \$1 = 1600 MT. O FMI tinha exigido uma desvalorização imediata para a taxa paralela, mas em vez disso o Governo desvalorizou para \$1 = 530 MT em duas etapas, acreditando que a taxa paralela cairia, o que aconteceu, para \$1 = 800 MT, próximo da taxa oficial (Hanlon, 1991).

As mudanças foram eficazes na abertura do mercado e na remonetização do Metical. Havia produtos nas lojas e crianças a vender cigarros avulso nas esquinas das ruas. Os mercados informais surgiram por todo o lado. O fosso entre ricos e pobres aumentou dramaticamente, mas o PIB cresceu, apesar da guerra. A tentativa de mercantilização gradual de Moçambique parecia estar a resultar.

#### *O APERTO - E NENHUM DIVIDENDO DE PAZ*

O FMI e o Banco Mundial sobrepõem-se em grande medida, mas houve uma divisão de trabalho em duas áreas fundamentais. O Banco Mundial promoveu as privatizações, enquanto o FMI controlou e reduziu as despesas públicas durante uma década. No final de 1987, começaram as negociações para um programa de 1988, com o FMI a impor grandes cortes nas despesas. Os salários e as despesas não foram aumentados para compensar a desvalorização. Em 1988, as despesas com a saúde e a educação foram reduzidas para um terço do seu nível de 1982 (Hanlon, 1996; Hanlon, 1991).

Em 1990, houve um confronto entre o FMI e o Banco Mundial, com o Banco Mundial a reconhecer finalmente a importância da guerra e a apelar a um aumento da ajuda e ao fim da austeridade (The World Bank, 1990). Mas Gorbachev foi de facto o catavento. Depois de um ano de negociações, em 1991, Moçambique foi forçado a assinar um Mecanismo de

Ajustamento Estrutural Reforçado (*Enhanced Structural Adjustment Facility* - ESAF) do FMI, que era uma terapia de choque completa, com mais austeridade, tendo rejeitado as propostas do Banco Mundial na totalidade. O FMI foi preponderante nos cinco anos seguintes, e o seu domínio e a terapia de choque neste período definiram o tom para as décadas seguintes. O impacto pode ser visto no PIB. De 1987 a 1991, o período gradual, o PIB *per capita* registou um aumento de 10 %. De 1991 a 1995, o período de austeridade do FMI, o PIB *per capita* desceu para o nível de 1987 (Hanlon, 1996). O fim da guerra não trouxe dividendos da paz. Os salários da função pública foram reduzidos. Em 1995, o PNUD e o UNICEF publicaram uma brochura em que se afirmava que dois terços dos funcionários públicos moçambicanos tinham descido abaixo do limiar de pobreza absoluta e não conseguiam comprar alimentos suficientes (Adebayo, Green & Janha, 1995). O FMI não só rejeitou o apelo ao aumento dos salários, como conseguiu pressionar o PNUD e o UNICEF a retirarem discretamente a brochura.<sup>16</sup>

No seu esforço no sentido de impor austeridade e controlo da massa monetária, o FMI impôs fortes restrições à ajuda. Argumentou que a ajuda era inflacionista, mesmo para reparar estradas e pontes para estimular a economia após a guerra. Este facto irritou os doadores que queriam dar mais dinheiro a Moçambique.

Nessa altura, o FMI e o Banco Mundial tinham um poder ditatorial porque toda a ajuda estava condicionada ao facto de Moçambique ter programas do FMI e do Banco Mundial. Em Setembro de 1995, Moçambique aumentou o salário mínimo de 15 para 20 dólares por mês. Uma delegação do FMI estava na cidade e o chefe da delegação, Sérgio Leite, numa conferência de imprensa transmitida pela televisão, condenou o aumento. Três dias depois, disse aos doadores que o FMI poderia declarar Moçambique “em incumprimento” e suspender o seu programa. Os principais doadores responderam com uma carta aberta sem precedentes, dizendo que era altura de parar de apertar o país mais pobre do mundo, quando a política não estava a funcionar. O FMI recuou na austeridade e nos limites da ajuda, mas não no resto da terapia de choque (Hanlon, 1996).

Phyllis Pomerantz, do Banco Mundial, chegou a Maputo em 1995 com a “Estratégia de Assistência ao País” (*Country Assistance Strategy* - CAS) já escrita e apresentou-a a uma reunião de ministros na sala de jantar da casa do Banco Mundial. Continha algo sem precedentes numa CAS: sete “condições necessárias” e se alguma não fosse cumprida levaria a uma suspensão do programa do Banco Mundial. Tais condições incluíam a privatização de mais 12 empresas designadas, incluindo um banco; o veto aos orçamentos sectoriais; e a “adesão aos objectivos do FMI”. Mas a condição fundamental era o fim do processamento da castanha de caju em Moçambique, com a perda de 10 000 postos de trabalho. O resumo

---

<sup>16</sup> Comunicação pessoal de um alto funcionário do UNICEF. A brochura nunca foi publicada na *Internet*.

de Pomerantz na reunião de sala de jantar foi simples: se não concordarem, não apresentarei este pacote à direcção do Banco Mundial e, sem um programa, a ajuda cessará e as crianças morrerão à fome<sup>17</sup> (Hanlon, 2000; Hanlon & Smart, 2008; Hanlon, 1996).

## PRIVATIZAÇÕES, MUDANÇAS SOCIAIS, IMPUNIDADE DOS OLIGARCAS

A privatização era a principal prioridade das BWI, tendo sido impulsionada desde o início. Ganhou o apoio da Frelimo, que tinha estado a tentar privatizar antes do início da guerra. Além disso, a guerra tinha tornado os militares corruptos e a continuação da guerra era cada vez mais do interesse de generais gananciosos; uma boa maneira de os tirar de lá era dar-lhes empresas. A privatização era também uma forma de utilizar o capital que estava a ser acumulado pelos comerciantes do mercado paralelo. E a privatização inicial, antes do fim da guerra, manteve afastados os quadros superiores da Renamo.

Depois de o Presidente Samora Machel ter sido morto pela África do Sul do *apartheid*, em 1986, foi substituído pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Joaquim Chissano, a quem se seguiu Armando Guebuza. Ambos viam o capitalismo como o futuro e queriam mantê-lo dentro da Frelimo. Os ministros da Indústria, das Finanças e outros, bem como os directores nacionais (altos funcionários), que estavam directamente envolvidos no processo de privatização, bem como os seus amigos e familiares, tornaram-se chefes e altos funcionários de empresas e bancos privados – muitas vezes ainda a exercer cargos governamentais. A família alargada do Presidente Joaquim Chissano esteve envolvida.

Guebuza era inteligente e muito culto e enquanto comissário político do exército aprendeu o seu capitalismo com Marx. Foi Ministro dos Transportes e Comunicações (1987-94), e muitas das empresas em que tinha um grande investimento estavam ligadas – importação de autocarros Tata, gestão de portos Cornhelder e telemóveis Vodacom. Ganhou contratos para importar autocarros, gerir portos, etc. Não produzia coisas, mas servia de elo para empresas globais. Aquando da sua eleição como presidente em 2004, Armando Guebuza tinha-se tornado um dos homens mais ricos de Moçambique. O partido Frelimo criou uma sociedade gestora de participações sociais, a SPI, presidida pelo antigo Ministro da Indústria Octávio Muthemba, que também se tornou presidente do Banco Austral. A SPI recebeu acções de muitas empresas privatizadas (Hanlon, 2002).

Os novos capitalistas não tinham capital e dependiam de contratos com o Governo e com doadores – os autocarros de Guebuza eram em grande parte vendidos a empresas estatais. Em 1988 e 1989, foram criados dois fundos<sup>18</sup> utilizando fundos de doadores e dinheiro do

<sup>17</sup> O termo “condições necessárias” aparentemente nunca tinha sido utilizado antes e não o foi depois.

<sup>18</sup> Fundo de Desenvolvimento Agrário e Rural e Projecto de Desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas.

Banco Mundial para conceder “empréstimos” a militares e funcionários do partido, sem qualquer intenção de que os empréstimos fossem reembolsados. Foram “emprestados” mais de 30 milhões de dólares, e uma avaliação secreta do Banco Mundial de 1998 admitiu que 90 % dos empréstimos nunca seriam reembolsados. A avaliação também admitiu que o Banco exerceu “pressões substanciais” sobre banqueiros moçambicanos honestos para que estes flexibilizassem as regras e concedessem empréstimos a empresas privatizadas que sabiam que não poderiam pagar (Landau, 1998; Hanlon, 2004).

Nas décadas de 1980 e 1990, foram privatizadas mais de 1600 empresas (Castel-Branco, Cramer & Hailu, 2003; Diogo, 2013). Uma avaliação efectuada pelo Banco Mundial em 1998 concluiu que «a propriedade das empresas privatizadas se limitou a um grupo relativamente pequeno de indivíduos» (Landau, 1998). Estes eram os novos oligarcas moçambicanos.

Num artigo de 2004 (Hanlon, 2004), referi que «os empresários emergentes com pouca experiência do mundo do capitalismo estavam, de facto, a receber um curso intensivo da comunidade de doadores. E a lição era que o capitalismo não tem a ver com lucro, mas com clientelismo – as empresas são “privatizadas” e recebem “empréstimos” que não precisam de ser reembolsados, de acordo com quem se conhece e com os caprichos dos doadores». Para as novas empresas, o Governo e os doadores eram os principais clientes, e os contratos com ambos baseavam-se no clientelismo, muitas vezes em comissões.

### *MUDANÇA SOCIAL IMPOSTA*

O novo “mercado livre” fazia parte de um pacote que implicava uma mudança dramática nas relações sociais e económicas. As velhas leis e a moral socialista já não se aplicavam. A austeridade e a diminuição dos salários significavam que enfermeiros, professores, polícias, funcionários públicos e outros já não podiam alimentar as suas famílias com o seu salário. Mas o “mercado livre” significava que nada era de graça. As mães que levavam os filhos à escola ou a um posto de saúde não gostavam de pagar por um serviço que era gratuito, mas sabiam que os professores e as enfermeiras precisavam de dinheiro para alimentar os seus próprios filhos, pelo que a “taxa” extra era paga. Uma vez estabelecido esse serviço, bastou um pequeno passo para cobrar por um lugar na escola ou por uma nota para passar de classe. Três décadas depois, os salários aumentaram, mas o dinheiro extra para o professor, o funcionário ou o polícia continua a ser a norma.

Em 1992, os funcionários públicos de nível médio e superior em Maputo estavam a ser pressionados. As embaixadas e as agências de assistência pagavam salários elevados em dólares, pelo que os directores nacionais abandonaram os seus empregos e tornaram-se secretários dos doadores ou funcionários subalternos. Era humilhante, mas os seus filhos podiam comer bem. Esta era uma agenda explícita, embora nunca escrita. Um ministro e outros foram informados por um funcionário do FMI que as pessoas boas deviam ser

retiradas do Governo, «onde são desperdiçadas», e transferidas para o sector privado ou para as agências internacionais.<sup>19</sup>

Mas os doadores, e especialmente o Banco Mundial, aperceberam-se de que não conseguiam fazer avançar os seus projectos de ajuda porque as pessoas-chave dos ministérios tinham saído para trabalhar para os doadores. Assim, organizaram conferências e seminários em que pagavam ajudas de custo em dólares e honorários de consultoria por trabalho efectuado, em vez do que era suposto os funcionários públicos fazerem. Nada disto era publicitado e tudo exigia patrocinadores, o que por sua vez exigia que se fizesse o que o patrocinador estrangeiro queria. Mais uma vez, tratava-se de uma relação de comprador – vender tempo e fidelidade aos doadores e às BWI.

### *A VISTA GROSSA QUE É SINAL DE APROVAÇÃO*

Sob a terapia de choque, a comunidade internacional ensinou a elite socialista a ser capitalista de mercado livre. Mais do que isso, através da inacção e fazendo vista grossa, a comunidade internacional afirmou que aquilo a que antes se chamava corrupção, e mesmo roubo e homicídio, fazia agora parte do novo mercado livre. Tudo começa com a corrupção estrangeira. Poucos subornos se tornam públicos, mas dois são importantes devido à falta de reacção da comunidade internacional. O maior comprador de tabaco em Moçambique e no mundo admitiu num tribunal dos EUA<sup>20</sup> que pagara \$165 000 de subornos a “um governador em Moçambique” e a funcionários do Ministério da Agricultura. Uma empresa de construção britânica declarou-se culpada num tribunal de Londres de ter dado a Carlos Fragoso, então Director Nacional de Estradas e Pontes, \$450 000 (Leigh & Evans, 2009). Ninguém foi objecto de um processo judicial em Moçambique e ambas as empresas continuaram a ter contratos com o governo moçambicano. Nenhum doador nem ninguém das BWI disse que havia algo de errado<sup>21</sup> (Lloyds Trust Company, 2013).

A vista grossa a dois tráficos particularmente flagrantes – drogas e madeira – tem sido notável. Desde 1992, Moçambique tornou-se um importante mercado de trânsito de heroína. A heroína é levada do Afeganistão para Sul, para a costa de Makran, e carregada em embarcações Jelbot, que param a 30 ou 40 km da costa de Cabo Delgado e Nampula. Os barcos de pesca levam a droga para uma praia, onde é recolhida e levada para armazéns. Dividida em pacotes de 20-100 kg, a droga é escondida em veículos que percorrem 3000 km até Joanesburgo, na África do Sul, onde a heroína é colocada em contentores de vinho, pedra

<sup>19</sup> Comunicação pessoal do ministro.

<sup>20</sup> Universal Corporation, a operar como Mozambique Leaf Tobacco, MLT, 6 de Agosto de 2010. Subornos pagos em 2005-6.

<sup>21</sup> Fragoso negou ter recebido suborno, mas um tribunal de Jersey considerou que a «negação da recepção de qualquer suborno foi demonstrada como falsa por provas documentais» e ainda que o dinheiro numa conta do Jersey Trust era «produto de crime» e devia ser entregue ao governo de Moçambique.

ou outros bens e enviada para a Europa.<sup>22</sup> Quando reporteí este facto pela primeira vez em 2001, calculei que estava a passar por Moçambique uma tonelada de heroína por mês. O seu valor era superior ao de todo o comércio externo legal junto, e a quantidade de dinheiro que ficava para trás acrescentava 30 a 50 milhões de dólares à economia local (Hanlon, 2001b). A passagem pelos postos de controlo da polícia e pela alfândega exigia uma protecção de alto nível e o comércio era organizado ao mais alto nível (Hanlon, 2018; Haysom, Gastrow & Shaw, 2018; Haysom, 2020). As minhas fontes eram, em grande parte, as principais agências nacionais e internacionais de combate à droga, pelo que não era segredo para os principais doadores e financiadores, que ignoraram o facto. Na altura do relatório seguinte, em 2018 (Hanlon, 2018; Haysom, Gastrow & Shaw, 2018; Haysom, 2020), estavam a passar por Moçambique três toneladas por mês, ou seja, o triplo do nível de 2001. Esta tornou-a a segunda maior exportação do País (depois do carvão).

Do mesmo modo, mais de 100 milhões de dólares por ano de toros de madeiras duras preciosas foram exportados ilegalmente durante duas décadas. Os relatórios de investigação indicaram ministros, governadores e um membro da Comissão Política da Frelimo. Pouco foi feito. Há duas décadas que se fecham tantos olhos que se assume que o comércio de droga e de madeira é uma parte normal do mercado livre. Este facto deve ser visto como um apoio dos doadores à conversão da elite da Frelimo em oligarcas.

### *ASSASSINATOS DE BANCOS*

O controlo do sector bancário foi fundamental para a terapia de choque e a recolonização, porque é assim que o G7 extrai dinheiro dos antigos países “comunistas”. E foi através dos escândalos bancários que os oligarcas aprenderam que são livres de roubar e matar enquanto exportam dinheiro. Em 1992, existiam dois bancos comerciais estatais, o Banco Popular de Desenvolvimento (BPD)<sup>23</sup> e o Banco Comercial de Moçambique (BCM). E existia ainda o Banco Central de Moçambique (Banco de Moçambique, BdM)

O primeiro novo banco privado,<sup>24</sup> o Banco Internacional de Moçambique (BIM), foi inaugurado em 1994. O BPD e o BCM acabaram por ser privatizados. Todos os três bancos se viram envolvidos em escândalos que implicavam altos funcionários da Frelimo – os novos oligarcas. Em cada um deles, a pessoa que tentou investigar o escândalo foi assassinada (Hanlon, 2001a; Hanlon, 2000; Hanlon, 2002).

<sup>22</sup> Alguma heroína é também trazida para Moçambique em contentores.

<sup>23</sup> Os bancos privados portugueses facilitavam a fuga de capitais após a independência e foram nacionalizados em 1977. Houve a fusão de quatro bancos no BdM e de dois bancos no BPD. O BdM continuou a ser simultaneamente um banco central e um banco comercial até à sua separação, em 1992.

<sup>24</sup> Apenas o Banco Luso-Britânico Standard Totta de Moçambique (BSTM) foi autorizado a manter-se privado e continua a operar como parte do actual Standard Bank da África do Sul.

**BIM.** Este banco foi promovido pela Sociedade Financeira Internacional do Banco Mundial (que detinha 25 %), mas era gerido e detido a 50 % pelo Banco Comercial Português (BCP), que era controlado pelo banqueiro português Jardim Gonçalves.<sup>25</sup> O BIM rapidamente atraiu depósitos substanciais em moeda estrangeira que não pareciam ser justificados pelo mercado, o que sugeria lavagem de dinheiro. O BCP nomeou como administrador-delegado José Lima Félix, que começou a investigar mais de perto e encontrou coisas que o preocuparam. Foi abatido a 2 de Dezembro de 1997 – antes de poder contar a alguém o que tinha descoberto. E ninguém mais olhou.

Os dois bancos comerciais do Estado, o BCM e o BPD, tinham herdado dívidas coloniais e concedido crédito para manter as empresas a funcionar durante a guerra por procuração dos anos 80 e o processo de privatização do Banco Mundial, no final dos anos 80, com empréstimos que não deviam ser reembolsados. O governador do BdM, Adriano Maleiane, queria que os bancos fossem privatizados, mas sabia que nenhum banco sério os aceitaria e queria limpá-los primeiro. Foi então que os novos ditadores falaram. Phyllis Pomerantz, do Banco Mundial, no âmbito das suas “condições necessárias”, em 1995, exigiu a privatização do BCM. O documento conjunto do FMI e do Banco Mundial, datado de 11 de Abril de 1996, que definia as condições a cumprir pelo Governo, exigia que o BCM fosse posto à venda até Junho de 1996 e o BPD até ao final de 1996. Maleiane argumentou, correctamente, que as únicas privatizações propostas eram corruptas. **BCM.** A única oferta para o BCM foi feita por António Simões, um empresário português, cuja família tinha uma pequena empresa em Maputo.<sup>26</sup> Obteve o apoio de António Branco, Ministro da Indústria em 1980-92, e de Octávio Muthemba,<sup>27</sup> Ministro da Indústria em 1992-94 e, como já foi referido, presidente da SPI, a holding do partido Frelimo. O FMI anunciou um novo empréstimo para Moçambique.

A 4 de Outubro de 2000, o BCM anunciou uma perda de 189 milhões de dólares e uma provisão para dívidas de cobrança duvidosa devido a dinheiro perdido em transferências indevidas para o estrangeiro e ao levantamento indevido de dinheiro de contas no estrangeiro. O BCP de Jardim Gonçalves tinha adquirido o apoio português do BCM, o que lhe deu o controlo do BCM em Maputo. O BCP já controlava o BIM. Numa conferência de imprensa realizada a 24 de Outubro de 2000, em Maputo, Gonçalves deixou claro que o Governo tinha aceitado o controlo do BCP sobre o BIM e o BCM. Disse também que sabia onde tinham ocorrido as enormes perdas, mas que não o iria revelar. Em troca de manter o silêncio sobre os oligarcas moçambicanos, poderia controlar metade do sistema bancário.

<sup>25</sup> A parte restante era detida em 22,5 % por organizações governamentais moçambicanas e em 2,5 % pela Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC) de Graça Machel, viúva do primeiro presidente Samora. O seu primeiro presidente foi o antigo Primeiro-Ministro Mário Machungo.

<sup>26</sup> O consórcio de Simões era constituído por 50 % da Ímpar (uma companhia de seguros que Simões controlava), 35 % de um misterioso grupo de fachada que se crê representar a família Chissano e 15 % do Banco Mello (posteriormente adquirido pelo BCP).

<sup>27</sup> Por vezes, escreve-se Mutemba, sem o agá (h).

Carlos Cardoso, o melhor jornalista de investigação moçambicano e editor do Metical, tinha estado a investigar minuciosamente o BCM. A 22 de Novembro de 2000, foi morto a tiro quando se dirigia para casa. O objectivo parecia ser uma execução pública, um aviso para aqueles que questionavam a privatização dos bancos. O filho do Presidente Joaquim Chissano, Nyimpine,<sup>28</sup> foi identificado no julgamento do assassinato como estando ligado ao escândalo, mas nunca foi investigado.

**BPD.** Octávio Muthemba criou um grupo ligado à Frelimo, denominado Investor, com o objectivo de adquirir o BPD, mas não conseguiu encontrar banqueiros estrangeiros dispostos a apoiá-lo. O FMI declarou que a ajuda seria cortada se o BPD não fosse privatizado até ao final de Junho de 1997. O Presidente Joaquim Chissano efectuou uma visita de Estado à Malásia, de 19 a 21 de Março de 1997, com Muthemba e o filho Nyimpine. Foi acordada a participação do Southern Bank Berhad (SBB) da Malásia. A privatização teve lugar a 3 de Setembro de 1997. O Banco passou a chamar-se Banco Austral e a ser 40 % estatal, 30 % SBB e 30 % Investor. Muthemba tornou-se presidente. O director malaio do SBB, o homem do SBB no Banco Austral e Muthemba criaram empresas com o filho de Joaquim Chissano, Nyimpine e outras figuras proeminentes.

O Banco Austral rapidamente se viu em apuros, tendo perdido 150 milhões de dólares devido a empréstimos malparados, má contabilidade, roubo e fraude, incluindo empréstimos indevidos a Octávio Muthemba e outros proprietários do banco. A 3 de Abril de 2001, o SBB retirou-se. O Banco Central (BdM) interveio e assumiu o controlo do Banco Austral, nomeando como presidente o altamente respeitado chefe de supervisão bancária do BdM, António Siba-Siba Macuacua, que começou a divulgar as dívidas incobráveis. No sábado, 11 de Agosto de 2001, Siba-Siba foi assassinado, tendo sido atirado da escadaria do edifício de 15 andares do Banco Austral, na baixa de Maputo.

É surpreendente que nenhuma das pessoas que roubaram milhões de dólares, geriram mal os bancos e ordenaram assassinatos tenha sido processada. O apoio dos doadores parecia crescer a par da criminalização. Na reunião do Grupo Consultivo de doadores, que teve lugar em Outubro de 2001, apenas dois meses após o assassinato de Siba-Siba, Moçambique pediu 600 milhões de dólares em ajuda e recebeu 722 milhões. Sérgio Vieira, antigo Ministro da Segurança, escreveu que o facto de ter sido prometido mais dinheiro do que o solicitado por Moçambique mostrava que a comunidade internacional reconhecera «o bom desempenho do governo» e que isso «se sobrepõe ao escândalo bancário e aos assassinatos de Siba-Siba Macuacua e Carlos Cardoso».<sup>29</sup> A afirmação de Vieira estava correcta. Os doadores estavam a recompensar o que consideravam ser um “bom desempenho” – e estavam a dizer aos oligarcas que aceitavam o roubo e o assassinato como parte do novo “mercado livre”.

<sup>28</sup> Nyimpine Chissano foi encontrado morto na sua casa em Maputo a 19 de Novembro de 2007.

<sup>29</sup> *Domingo* (Maputo), 2 de Dezembro de 2001.

É assim que se constrói o capitalismo. O Banco Mundial e os principais doadores admitiram efectivamente que as suas políticas permitiam que os oligarcas ficassem impunes a tudo – incluindo o assassinato. Havia de facto uma licença para roubar e matar em nome do “mercado livre”. E duas décadas depois, os oligarcas continuam a acreditar nisso.

## DO BOOM À MALDIÇÃO DOS RECURSOS

Durante muitos anos, Moçambique atraiu menos interesse global porque não era, como uma outra colónia portuguesa, Angola, um Estado de recursos. Não havia petróleo nem diamantes. Até que, em 2004, os preços mundiais do carvão duplicaram e, de repente, surgiu o interesse pelo carvão de Tete. Em 2007, a gigante brasileira Companhia Vale do Rio Doce<sup>30</sup> assinou um contrato para a abertura de uma grande mina em Moatize, Tete. O FMI ainda controlava a economia moçambicana e continuava a restringir as despesas do Governo. A Vale pagou uma taxa de assinatura de 120 milhões de dólares para o Governo, mas o limite do FMI significava que o dinheiro tinha de ser mantido fora do orçamento e fora de Moçambique. Por isso, o FMI e os doadores acordaram que poderia ser mantido um fundo de 120 milhões de dólares numa conta bancária em Nova Iorque, controlada pelo Presidente Joaquim Chissano, que tinha negociado pessoalmente o acordo de exploração mineira (Selemane, 2009). Os oligarcas obtiveram uma “licença” para manter o dinheiro dos contratos estrangeiros *offshore*.

Começou a haver uma exploração séria em Cabo Delgado a partir de 2005, com as elites e os oligarcas a fazerem reivindicações de exploração mineira a partir de 2010. Em 2009, Raimundo Pachinuapa, um general da guerra da independência e até 2022 membro da Comissão Política da Frelimo, ouviu dizer que os mineiros artesanais estavam a encontrar rubis perto de Montepuez, pelo que reclamou 35 000 ha. Segundo o modelo oligarca, como não podia gerir uma mina de rubis, vendeu três quartos à Gemfields, uma empresa britânico-sul-africana. O filho de Pachinuapa, Raime, é agora director de assuntos corporativos da Montepuez Ruby Mining (MRM) e Samora Machel Jr, filho do primeiro presidente, é o presidente. Todos os ocupantes do local da mina foram expulsos, tanto agricultores como mineiros artesanais. Em 2019, a Gemfields concordou em pagar 8,3 milhões de dólares para resolver todas as 273 queixas de assassinatos, espancamentos graves e incêndios de casas (Hanlon, 2019).

A empresa americana Anadarko (entretanto vendida à Total, França) descobriu o terceiro maior campo de gás em África, em 2010. Outras empresas também descobriram partes deste campo, incluindo a ENI (Itália) e a ExxonMobil (EUA). Foram programados

---

<sup>30</sup> Agora apenas Vale.

desenvolvimentos de mais de 50 mil milhões de dólares, o que se diz ser o maior investimento estrangeiro em África. O gás, os rubis, a grafite e outros recursos foram anunciados como transformando Cabo Delgado num *El Dorado* e como o sucesso do neoliberalismo e da terapia de choque. No entanto, para as populações locais, transformaram-se numa maldição de recursos. Em parceria com estrangeiros, os oligarcas mantiveram o controlo.

Os habitantes locais viam os forasteiros a chegarem em viaturas 4x4 caras, mas não havia empregos para os habitantes locais, nem contratos para as empresas locais. Mesmo os contratos para agregados de construção (brita básica, pedra britada e areia) não foram para as pedreiras locais, mas para pessoas de Maputo ligadas aos oligarcas locais, que obtiveram direitos mineiros e abriram novas pedreiras.

Cabo Delgado está entre as províncias mais carenciadas e marginalizadas, com o nível mais elevado de bebés com baixo peso à nascença (6 %) (INE, 2014). O rendimento *per capita* é o segundo mais baixo (21 dólares por pessoa e por mês). Apenas 52 % dos agregados familiares têm cadeiras e apenas 30 % têm mesas, ambos muito inferiores a qualquer outra província. O analfabetismo é o segundo mais elevado do País (52 %) (INE, 2019).

A zona costeira é muçulmana e os pregadores fundamentalistas tinham uma mensagem com duas componentes políticas. Em primeiro lugar, defendiam que a Sharia significava equidade e uma partilha justa da riqueza dos recursos – uma linha semi-socialista não muito diferente da Frelimo de há 50 anos. Em segundo lugar, argumentavam que a actual liderança islâmica estava baseada no Sul e alinhada com a Frelimo. Algumas mesquitas começaram a emprestar dinheiro à população local para que esta criasse empresas e empregos. O Governo continuava a seguir a linha neoliberal que exigia que todos os empréstimos fossem feitos através de bancos por razões comerciais, mas os bancos não estavam interessados em pequenos empreendedores rurais.

Os primeiros tiros da terceira guerra civil de Moçambique foram disparados num ataque em Mocímboa da Praia, a 5 de Outubro de 2017, que teve como alvo três esquadras da polícia. O ataque foi protagonizado por 30 homens armados que mataram 17 pessoas, incluindo dois polícias e um líder comunitário. Os atacantes não esconderam a sua identidade e incluíam comerciantes locais.

Os insurgentes ganharam apoio local e utilizando tácticas de guerrilha tradicionais, acabaram por ganhar o controlo de quatro distritos e das respectivas capitais. A única estrada pavimentada em direcção ao Norte (N380) tornou-se insegura. Em Agosto de 2020, os insurgentes capturaram a cidade e o porto de Mocímboa da Praia e ocuparam-nos.

A maioria dos combatentes são jovens de Cabo Delgado, revoltados contra o Governo e menos interessados na religião, concluiu João Feijó, do Observatório do Meio Rural (OMR), que é um dos mais importantes pesquisadores das causas da guerra de Cabo Delgado. Os insurgentes «mostraram-se hábeis em capitalizar os sentimentos históricos de exclusão da

população local, agravados pelo ressentimento face à violência do Estado, levando-a a revoltar-se contra o Estado, mas também contra as suas comunidades de origem». Existe «um grande ressentimento em relação ao governo, e pode ver-se que a motivação é predominantemente de natureza material» (Feijó, 2021). Feijó aponta para um grupo relativamente pequeno de famílias com poder político cuja influência se estende até ao nível local – as pessoas que identificamos como oligarcas.

A cidade de Palma, onde se regista o *boom* do gás, foi ocupada por insurgentes, a 24 de Março de 2021, durante uma semana. Os insurgentes atacaram e danificaram edifícios governamentais, incluindo o hospital, e perseguiram funcionários do Governo, mas o Hotel Amarula e as instalações dos empreiteiros nunca foram atacados (Amnesty International, 2021). Mas na semana seguinte à retirada dos insurgentes, a cidade foi saqueada pela polícia e pelo exército; bancos, complexos, contentores e hotéis foram arrombados e saqueados (Hanlon, 2021b; Hanlon, 2021c; Carta de Moçambique, 2021). O Hotel Amarula foi saqueado, mas a sua estrutura não sofreu danos, tendo reaberto mais tarde, comprando o seu mobiliário aos saqueadores, pertencentes aos serviços de segurança (Onyango-Obbo, 2022; Hanlon, 2022).

A 26 de Abril de 2021, a Total declarou “força maior” no seu projecto de GNL em Moçambique, devido à «situação de segurança no norte de Cabo Delgado» e suspendeu todos os trabalhos (Total, 2021).

Em Dezembro de 2022, 4508 pessoas tinham sido mortas na guerra<sup>31</sup> e quase um milhão tinham sido deslocadas. O início da guerra foi claramente local e obteve um apoio local significativo. Como é comum nas guerras civis, o envolvimento externo aumentou, com cada lado a responder ao outro. Um ano após o início da guerra, o Estado Islâmico (EI) (Macalane & Jafar, 2021). começou a publicitar os êxitos dos insurgentes nas redes sociais. No entanto, os insurgentes intitulam-se, e são chamados pela população local, “machababos”.<sup>32</sup> Não foram referidos como combatentes do EI (Hanlon, 2021a; Morier-Genoud, 2020).

Do lado do Governo, as forças de segurança corruptas, mais bem organizadas para saquear do que para combater, não iam ganhar a guerra, e Moçambique trouxe combatentes externos. O Ruanda enviou 3000 soldados e polícias, que foram eficazes na protecção da zona de produção do gás, embora no final de 2022 os trabalhos ainda não tivessem recommençado. A África do Sul forneceu 1500 soldados para a Missão da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral em Moçambique (*Southern African Development Community Mission in Mozambique* – SAMIM) e Angola, Botswana, Lesoto, Namíbia e Tanzânia enviaram unidades

<sup>31</sup> Armed Conflict Location & Event Data Project (ACLED), conforme reportado em *Cabo Delgado Weekly 1-7 August*. <https://acleddata.com/> e <https://www.cabologado.com/>

<sup>32</sup> “Jovens” em árabe é *shabaab*, que também é utilizado em swahili. Os insurgentes referiam-se assim a si próprios como “*al Shabaab*”, mas sem qualquer ligação a outros *al Shabaabs*. A população local utiliza a forma plural portuguesa para se referir aos insurgentes como “*al shababs*”. As três línguas locais, Mwani, Makonde e Makua, são línguas bantu que criam plurais acrescentando “ma” à frente da palavra. Assim, “*al shababs*” torna-se “machababos”.

mais pequenas. Mas um ano após a sua chegada, era evidente que as tropas estrangeiras dificilmente conseguiriam vencer a guerra.

Frank Gardner OBE, o respeitado correspondente de segurança da BBC, num relatório da BBC intitulado “Moçambique: Por que razão o EI é tão difícil de derrotar em Moçambique” (Gardner, 2021) observou que «No Afeganistão, vi como as vitórias militares táticas sobre os Talibãs pela NATO e pelas forças governamentais afegãs foram mais tarde anuladas por um fracasso do governo... O mesmo acontecerá em Moçambique se o esforço militar que se avizinha não for apoiado por uma melhoria significativa dos assuntos civis.»

E acrescenta: «A contra-insurreição nunca é apenas uma questão de vitórias militares, envolve aquele velho cliché de “conquistar os corações e as mentes”... «É necessária uma boa governação e investimento na comunidade local: escolas, estradas, postos de trabalho – o suficiente para apaziguar o sentimento das pessoas de que foram abandonadas pelo seu governo enquanto as grandes multinacionais estrangeiras se instalam e colhem os benefícios dos preciosos recursos naturais do seu país.»

O FMI e o Banco Mundial impuseram uma terapia de choque e criaram com sucesso os oligarcas que agora controlam Cabo Delgado. Mas foram demasiado bem-sucedidos. A ganância dos oligarcas criou uma maldição de recursos que ameaça as empresas de gás e de extracção mineira que supostamente extrairiam a riqueza. A insurreição é a terceira guerra civil de Moçambique e ameaça a recolonização que era suposto os oligarcas promoverem.

## REFERÊNCIAS

- Adam, Y., Davies, R. & Head, J. (1981). “Mão-de-obra moçambicana na Rodésia do Sul.” *Estudos Moçambicanos*. (2) pp.53–72.
- Adebayo, A., Green, R. & Janha, A. (1995). *Pay, Productivity and Public Service: Priorities for recovery in sub-Saharan Africa*. New York: UNICEF.
- AIM (1996). “*Ten years without Samora*,” *Mozambique file*. Maputo: AIM.
- Amnesty International (2021). *Mozambique: Rescue attempts jeopardized by racial discrimination following Palma attack – new survivors testimony*. 2021. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2021/05/mozambique-rescue-attempts-jeopardized-by-racial-discrimination-following-palma-attack/>.
- Brandt, W. (1980). *North-South: A Programme for Survival: Report of the Independent Commission on International Development Issues*. London: Pan. Manuscrito final. Disponível em: <https://archivholdings.worldbank.org/brandt-commission-independent-commission-on-international-development-issues-icidi-report-january-1980>.
- Carta de Moçambique (2021). *Sack of Palma: Army soldiers clear out everything, including banks (BCI and Standard Bank)*. 2021. Disponível em: <http://bit.ly/Moz-PalmaSack>.
- Castel-Branco, C., Cramer, C. & Hailu, D. (2003). Privatization and Economic Strategy in Mozambique. In: T. Addison (ed.). *From Conflict to Recovery in Africa*. Oxford: Oxford University Press. pp. 155–170. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acprof:so/9780199261031.003.0010>.
- Clines, F.X. (1991). “Summit in London: A Foot in the Door; Gorbachev Hasn’t Clinched His Sale, But He Has the Customers Listening”. *New York Times*. 18 July 1991. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1991/07/18/world/summit-london-foot-door-gorbachev-hasn-t-clinched-his-sale-but-he-has-customers.html>.
- Diogo, L. (2013). *A Sopa da Madrugada: Das reformas à transformação económica e social em Moçambique: 1994-2009*. Porto: Porto Editora.
- Draper, N. (2020). “*Lloyd’s, marine insurance and slavery*.” 2020. Disponível em: <https://www.lloyds.com/about-lloyds/history/the-trans-atlantic-slave-trade/lloyds-marine-insurance-and-slavery>.
- Edwards, S. & Montes, L. (2020). Milton Friedman in Chile: shock therapy, economic freedom, and exchange rates. *Journal of the History of Economic Thought*. 42 (1). Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1053837219000397>.
- Feijó, J. (2021). “*Characterization and social organization of Machababos*.” Observador Rural 109. Maputo: Observatório do Meio Rural. Disponível em: <https://omrmz.org/omrweb/publicacoes/or-109/>.

- Felstenstein, A. & Nsouliis, S. (2003). 'Big Bang' *Versus* Gradualism in Economic Reforms: An Intertemporal Analysis with an Application to China. *IMF Staff Papers*. 50 (3).
- First, R. (1983). *Black Gold: The Mozambican Miner*. Brighton: Harvester Press.
- Flowers, K. (1987). *Serving Secretly - An Intelligence Chief on Record: Rhodesia into Zimbabwe, 1964-81*. London: James Murray.
- G7/8 (1990). *Declaração Económica de Houston. 11 de Julho de 1990*. 1990. Disponível em: <http://www.g7.utoronto.ca/summit/1990houston/declaration.html>.
- Gardner, F. (2021). *Mozambique: Why IS is so hard to defeat in Mozambique*. 2021. BBC News. Disponível em: <https://www.bbc.co.uk/news/world-africa-56597861>.
- Gorbachev, M. (1989). *Discurso perante o Conselho da Europa, Estrasburgo, 6 de Julho de 1989*. 1989. Disponível em: [https://www.cvce.eu/content/publication/2002/9/20/4c021687-98f9-4727-9e8b-836e0bc1f6fb/publishable\\_en.pdf](https://www.cvce.eu/content/publication/2002/9/20/4c021687-98f9-4727-9e8b-836e0bc1f6fb/publishable_en.pdf).
- Gorbachev, M. (1991). *Mensagem pessoal do Presidente Mikhail S. Gorbachev aos Chefes de Estado e de Governo presentes na reunião do G7 em Londres, 12 de Julho de 1991*. 1991. Disponível em: <http://www.g7.utoronto.ca/summit/1991london/personal.html>.
- Gorbachev, M. (2002). *The New Russia: Transition Gone Awry*. Stanford: Stanford University Press.
- Gray, H. (2018). *Turbulence and Order in Economic Development: Economic Transformation in Tanzania and Vietnam*. Oxford: Oxford University Press. Disponível em: <http://doi.org/10.1093/oso/9780198714644.001.0001>.
- Hall, M. (1990). "World Bank wakes to the dark side of an African success." *Financial Times*. April 10, 1990.
- Hanlon, J. (2001a). "A crise bancária de Moçambique: Matar a galinha dos ovos de ouro." *Metical*. n. 1073. 17 de setembro a 3 de outubro de 2001.
- Hanlon, J. (2019). "A mineradora de rubis Gemfields deve pagar 8,3 milhões de dólares para resolver o caso de tortura e assassinato em Montepuez". News reports & clippings 436. 29 de Janeiro de 2019. Disponível em: <http://bit.ly/Ruby-Moz436>.
- Hanlon, J. (2002). "Bank Corruption Becomes Site of Struggle in Mozambique." *Review of African Political Economy*. 29 (91), 53–72.
- Hanlon, J. (1986). *Beggar Your Neighbours: Apartheid Power in Southern Africa*. London: James Currey.
- Hanlon, J. (2004). "Do donors promote corruption? The case of Mozambique." *Third World Quarterly*. 25 (4), 747–763. doi: DOI: 10.1080/01436590410001678960.
- Hanlon, J. (2017). "Following the donor-designed path to Mozambique's US\$2.2 billion secret debt deal." *Third World Quarterly*. 38 (3), 753–770.
- Hanlon, J. (2021a). *Ignoring the Roots of Mozambique's War in a Push for Military Victory*. Conflict Trends 2. 24 de Agosto de 2021. Disponível em: <https://www.accord.org.za/conflict-trends/ignoring-the-roots-of-mozambiques-war-in-a-push-for-military-victory/>.

- Hanlon, J. (2021b). “More than 500,000 slave were taken from Mozambique.” Mozambique News Reports and Clippings 562. 9 de Agosto de 2021. Disponível em: <https://bit.ly/Moz-562>.
- Hanlon, J. (2021d). *Mozambique News Reports and Clippings*. News reports & clippings 549. 2 de Junho de 2021.
- Hanlon, J. (2021c). *Mozambique. News Reports and Clippings*. News reports & clippings 536. 11 de Abril de 2021.
- Hanlon, J. (2022a). *Mozambique. News Reports and Clippings*. News reports & clippings 592. 8 de Abril. Disponível em: <https://bit.ly/Moz-592>.
- Hanlon, J. (1991). *Mozambique: Who Calls the Shots*. London: James Currey.
- Hanlon, J. (2001b). O grande negócio da droga. *Metical*. n. 1017. 28 de junho de 2001.
- Hanlon, J. (1996). *Peace without Profit: How the IMF Blocks Rebuilding in Mozambique*. Oxford: James Currey.
- Hanlon, J. (2000). “Power without Responsibility: The World Bank and Mozambican cashew nuts”. *Review of African Political Economy*. 27 (83), 29–45. doi: DOI: 10.1080/0305624000870443.
- Hanlon, J. (2018). “The Uberization of Mozambique’s heroin trade.” Working Paper 18–190. London: School of Economics International Development. Disponível em: <http://bit.ly/Moz-heroin>.
- Hanlon, J. (2022b). “World Bank questions its Mozambique ‘success:’ ‘remarkable growth’ and oligarchs have brought high inequality, poverty, and corruption”. Working Paper 208. London: Schools of Economics International Development. Disponível em: <https://www.lse.ac.uk/international-development/Assets/Documents/PDFs/Working-Papers/WP-207.pdf>].
- Hanlon, J. & Smart, T. (2008). *Do bicycles equal development in Mozambique?* Woodbridge: James Currey.
- Hayes, J. (2016). “Shock Therapy and Economic Policy Under Yeltsin”. 2016. Facts and Details. Disponível em: [https://factsanddetails.com/russia/Economics\\_Business\\_Agriculture/sub9\\_7b/entry-5168.html](https://factsanddetails.com/russia/Economics_Business_Agriculture/sub9_7b/entry-5168.html).
- Haysom, S. (2020). “Drug trafficking - From the maskani to the mayor: The political economy of heroin markets in East and Southern Africa”. 2020. Enact. Disponível em: <https://enactafrica.org/research/research-papers/from-the-maskani-to-the-mayor-the-political-economy-of-heroin-markets-ineast-and-southern-africa>.
- Haysom, S., Gastrow, P. & Shaw, M. (2018). “The heroin coast: A political economy along the eastern African seaboard.” Research Paper 4. Brussels: European Union.

- INE (2014). *Estatísticas e Indicadores Sociais*. Maputo: INE. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-demograficas-e-indicadores-sociais/estatisticas-e-indicadores-sociais/estatisticas-e-indicadores-sociais-2014/view>.
- INE (2019). *"Inquérito sobre Orçamento Familiar – IOF 2019/20"*. Maputo: INE. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/operacoes-estatisticas/inqueritos/inquerito-sobre-orcamento-familiar/iof-2019-20/inquerito-sobre-orcamento-familiar-iof-2019-20/view>.
- International Monetary Fund (1990). *The Economy of the USSR*. 1990. Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/187491468769887526/pdf/multi-page.pdf>.
- Klein, N. (2007). *The Shock Doctrine*. London: Penguin Books.
- Landau, L. (1998). *Rebuilding the Mozambican Economy, Assessment of a partnership*. Washington, D.C: The World Bank. Disponível em: <https://bit.ly/Moz-Landau-88>.
- Leigh, D. & Evans, R. (2009). A empresa britânica Mabey and Johnson foi condenada por subornar políticos estrangeiros. *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2009/sep/25/mabey-johnson-foreign-bribery>.
- Lipton, D. & Sachs, J. (1990). "Creating a Market Economy in Eastern Europe: The Case of Poland". *Brookings Papers on Economic Activity*. (1), 75–147.
- Lloyds Trust Company (2013). *Wills & trust Law report*. 2013. Legalease Law Journals. Disponível em: <https://www.lawjournals.co.uk/wills-trusts-law-reports/lloyds-trust-company-v-fargoso-ors/>.
- Macalane, G. L. & Jafar, J. S. (2021). *Ataques Terroristas em Cabo Delgado (2017-2020): As causas do fenómeno pela boca da população de Mocímboa da Praia*. Pemba: Universidade Rovuma. Disponível em: <http://bit.ly/MozAtaquesMocim>.
- Mackintosh, M. (1986). Economic policy context and adjustment options in Mozambique. *Development and Change*. 17 (3), 557–581.
- Mackintosh, M. & Wuyts, M. (1987). *"Accumulation, social services and socialist transition in the Third World: Reflections on Decentralised planning based on Mozambican experience."* Working Paper 9–25. Milton Keynes: Open University.
- Morier-Genoud, E. (2020). The jihadi insurgency in Mozambique: origins, nature and beginning. *Journal of Eastern African Studies*. 14 (3), 396–412.
- Nações Unidas (1974). *6ª Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU. Declaração sobre o Estabelecimento de uma Nova Ordem Económica Internacional*. 1974. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/218450?ln=en>.
- Onyango-Obbo, C. (2022). *In Mozambique's Swahili-speaking region and home of President Nyusi*. 2022. The East African. Disponível em: <https://bit.ly/Palma-loot>.
- Pearson, R. & Richardson, D. (2019). "Insuring the Transatlantic Slave Trade." *The Journal of Economic History*. 79 (2), 417–446.
- Pirani, S. & Farrelly, P. (1999). IMF knew about Russian aid scam. *The Observer*. oct. 17, 1999.

- Rice University (2021). *Trans-Atlantic slave trade database*. 2021. Slave Voyages. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/>.
- Selemene, T. (2009). *Alguns desafios na Indústria Extractiva em Moçambique*. Maputo: CIP.
- Stockwell, J. (1978). *In Search of Enemies: A CIA Story*. New York: W. W. Norton.
- The World Bank (1990). *Mozambique Restoring Rural Production and Trade. Volume 1: Main Report*. Moz Report 8370. Washington, D.C.: The World Bank. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/502131468059346609/text/multi0page.txt>.
- Total (2021). *Total declares Force Majeure on Mozambique LNG project*. 2021. Disponível em: <https://www.total.com/media/news/press-releases/total-declares-force-majeure-mozambique-lng-project>.
- Van Arkadie, B. & Mallon, R. (2003). *Viet Nam – a Transition Tiger?* Canberra: Asia Pacific Press. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctt2jbjk6>.
- Waldman, A. (1994). “*Four Tiny Isles Off Mozambique*.” 1994. New York Times. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1994/12/18/travel/four-tiny-isles-off-mozambique.html>.
- Weber, I. M. (2021). *How China Escaped Shock Therapy: The Market Reform Debate*. London: Routledge.
- Williamson, J. (2005). “The Strange History of the Washington Consensus.” *Journal of Post Keynesian Economics*. 27 (2). Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4538920>.
- Wuyts, M. (1989). *Money and Planning for Socialist Transition: the Mozambican Experience*. Gower: Aldershot.